

# O Brasil espera que o Congresso se reabilite

O Congresso Nacional apenas começou a examinar o Plano Verão e já assumiu uma atitude que justifica as nossas dúvidas em relação à sua capacidade — e senso de responsabilidade — para exercer os novos poderes, inéditos na história de nossos parlamentos, que ele hoje desfruta. Poderes que os próprios parlamentares se concederam ao elaborar a nova Constituição e que eles já querem usar para mais um torneio de demagogia, a pre valecerem as restrições que algumas das "lideranças" políticas nacionais fazem ao Plano — como no que se refere à questão salarial, aos cortes no funcionalismo público e à transferência do Iapás para o controle do Ministério da Fazenda. Como era de se esperar, os congressistas condenam, exatamente, as medidas que eles acreditam ser "impopulares" e que atingem diretamente seus cartórios eleitorais. Não há uma discussão séria sobre o conteúdo global do pacote, sobre sua coerência interna, sobre seus efeitos...

E com que autoridade moral pretendem os senhores parlamentares, que só se elegeram à custa da grande fraude que foi o Plano Cruzado, se opor a um programa econômico que visa os mesmos objetivos daquele — juntar definitivamente a inflação — mas que, ao contrário do Cruzado, é absolutamente coerente nos seus diversos aspectos e não faz qualquer espécie de concessão à demagogia?

Com que autoridade moral pretendem fazer objeções a um conjunto de medidas, muito duras, na verdade, para todos os setores da sociedade brasileira que realmente trabalham, mas que são absolutamente necessárias para corrigir os efeitos desastrosos de um plano que só fez a felicidade deles, congressistas, e de outros ganhadores das eleições de 1986, na sua imensa maioria eleitos graças ao engodo do Cruzado?

Assumindo uma atitude de "quem não tem nada a ver com isso" e pode se colocar numa posição de crítica ao governo, os deputados e senadores parecem não ter tomado conhecimento da última pesquisa do Ibope, que demonstra, de forma inofensável, que o Congresso Nacional e os políticos em geral não merecem do povo brasileiro maior confiança e maior respeito do que o governo. Estão ambos na mesma condição — 70% de rejeição —, porque o povo brasileiro sabe perfeitamente que, com raras exceções, os políticos que se elegeram em 1986 tiveram tanta ou mais responsabilidade pelo fracasso do Plano Cruzado quanto o próprio presidente da República.

Será que o deputado Ulysses Guinharães acredita mesmo que alguém, aqui no **Brasil Real**, o leva a sério quando sentencia que "contratar e demitir é atribuição da administração"? Nós, que vivemos fora do **País Oficial**, estamos fartos de saber disso, mas estamos fartos de saber também que **a função dos congressistas que têm a mentalidade do dr. Ulysses é pedir que o governo contrate**, em atenção a seus interesses eleitorais, amigos, cupinchas e parentes. Todos nós sabemos que esses 60 ou 90 mil (há números que indicam que, na verdade, são 200 mil) contratados pelo governo Sarney, durante um período em que não havia a menor necessidade de ampliar os quadros da administração federal, são praticamente todos, à exceção de alguns poucos técnicos contratados para funções específicas, afilhados de algum político cujo apoio o governo julgava oportuno comprar. Será que o dr. Ulysses pensa que o **Brasil Real** se esquece dos "trens da alegria" que o poder do qual ele faz parte há cinqüenta anos patrocina periodicamente?

E que autoridade tem o dr. Ulysses, ou qualquer congressista, para "dizer com tristeza" (palavras dele) que "os salários no Brasil estão entre os mais baixos do mundo, inclusive na América Latina", sem acrescentar (com alegria desta vez) que nesse quadro há uma exceção: os congressistas brasileiros, sem sombra de dúvidas os maiores salários de congressistas do mundo? Ao analisar com tanta ligeireza — e com tanta demagogia — a questão dos salários, o presidente do PMDB só confirma uma observação do senador Roberto Campos a seu respeito. Campos costuma dizer que a ignorância do dr. Ulysses em matéria de economia chega a ser "desumana".

Em primeiro lugar, apesar dos longos anos na vida pública e das oportunidades que teve, o dr. Ulysses ainda não percebeu que os salários são tão baixos no Brasil e nossa distribuição de renda é tão iníqua porque o Estado brasileiro, com sua voracidade, retira das empresas e da sociedade recursos que poderiam servir para acelerar o ritmo de crescimento da economia nacional e, consequentemente, melhorar a vida dos trabalhadores. Recursos que, depois, ele gasta sempre mal. Em segundo lugar, não se pode dizer ainda, com absoluta certeza, que o Plano Verão contempla um novo arrocho salarial. Os ministros econômicos dizem que se a inflação pós-Plano ficar próxima de zero, haverá um ganho real para os trabalhadores. Esta é a opinião também de vários economistas que não têm compromissos ideológicos ou partidários. A ladainha se repete. Nos primeiros dias do Plano Cruzado também se dizia que ele promovia um arrocho nos salários; logo, porém, ficou provado que, na realidade, ele provocou um aumento real dos rendimentos dos trabalhadores, que, para muitos, foi fator determinante do fracasso do Plano, porque o crescimento do consumo foi maior do que o crescimento da produtividade da economia.

É possível que ao ditar suas sentenças sobre política salarial o dr. Ulysses esteja confundindo o que é salário real com o que é salário nominal. E nisso ele segue os passos de seu primeiro líder na vida pública, o ex-presidente Vargas, que segundo os políticos da época passou pela vida pública sem saber a diferença entre um e outro.

Pela postura do dr. Ulysses, que é a liderança que a maioria do Congresso Nacional ainda segue, podemos imaginar o que será feito com o Plano Verão se os parlamentares resolverem mexer nele e mostrar que agora têm poder. Vai ser um desastre. Por isso, apelamos para os senhores deputados e senadores: tenham um pouco de humildade, consultem realmente quem entende do assunto e não tem compromissos ideológicos e partidários, ouçam os responsáveis pelo plano e votem pensando nos interesses da nação brasileira e não de olho em suas conveniências eleitorais. Procurem, assim, reabilitar-se da participação que tiveram no estelionato eleitoral do Cruzado.

O momento que vivemos — e só nesse ponto concordamos com as últimas declarações do dr. Ulysses — é de extrema gravidade e não é hora para se ficar tentando tirar vantagens eleitorais do Plano Verão. Mesmo porque, se esse plano também fracassar a maioria dos congressistas do **estilo Ulysses** estarão com suas carreiras encerradas.